

As masculinidades como variáveis relevantes para analistas do comportamento: Reflexões teóricas e práticas

Masculinities as relevant variables for behavior analysts: Theoretical and practical reflections

Isabelle Elisandra Kuch¹, Alexandre Dittrich¹

[1] Universidade Federal do Paraná | **Título abreviado:** Masculinidades e Análise do Comportamento | **Endereço para correspondência:** Isabelle Elisandra Kuch – Rua Joaquim Ferreira Claudino, 625, São José dos Pinhais, Paraná. | **Email:** _kuch@hotmail.com | **doi:** doi.org/10.18761/vecc291122a

Resumo: As masculinidades são fenômenos plurais, construídos socialmente. Para que sejam analisadas integralmente, precisamos examinar as relações estabelecidas entre suas diferentes configurações. A masculinidade hegemônica, por exemplo, é aquela que ocupa um lugar de dominação e se estabelece a partir de uma relação de desigualdade com os demais modelos de masculinidade, especialmente a masculinidade subordinada. Estudos têm demonstrado que esse modelo dominante pode estar relacionado a comportamentos danosos por parte dos homens, seja em relação às mulheres ou em relação a outros homens que ocupam um lugar inferior na hierarquia de masculinidades. A Análise do Comportamento (AC) pode contribuir com a elaboração de estratégias para modificar essa problemática, uma vez que tem demonstrado eficiência no manejo de fenômenos socialmente relevantes. Assim, objetivamos neste artigo examinar as masculinidades à luz do Comportamentalismo Radical, bem como tecer algumas reflexões sobre a prática clínica de analistas do comportamento no atendimento a homens e a competência desta na transformação de práticas de masculinidades potencialmente danosas. As masculinidades podem ser consideradas práticas culturais e devem ser contempladas na construção de análises funcionais, tornando-as mais completas e contribuindo com a previsão e controle dos comportamentos afetados por tais práticas. Ademais, a intervenção psicoterapêutica também pode se constituir como instrumento de mudança cultural, promovendo práticas de masculinidade menos danosas.

Palavras-chave: masculinidades, Análise do Comportamento, práticas culturais, psicoterapia.

Abstract: Masculinities are plural phenomena that are socially constructed. In order for them to be fully analyzed, we need to examine the relationships established between their different configurations. Hegemonic masculinity, for example, is one that occupies a place of domination and is established through unequal relationships with other models of masculinity, especially subordinate masculinity. Studies have shown that this dominant model can be related to harmful male behaviors, whether in relation to women or in relation to other men who occupy a lower place in the hierarchy of masculinities. Behavior Analysis (BA) can contribute to the elaboration of strategies to modify this problem, since it has demonstrated efficiency in the management of socially relevant phenomena. Thus, we aimed to examine masculinities based on the radical behaviorist theory, as well as to make some reflections on the clinical practice of behavior analysts in the care of men and its competence in the transformation of potentially harmful masculinity practices. Masculinities can be considered cultural practices and should be considered in the construction of functional analyses, making them more complete and contributing to the prediction and control of the behaviors affected by such practices. Furthermore, psychotherapeutic intervention can also be an instrument of cultural change, promoting less harmful masculinity practices.

Keywords: masculinities, Behavior Analysis, cultural practices, psychotherapy.

Os estudos sobre as masculinidades constituem um campo relativamente recente na história dos estudos de gênero. Impulsionado pelos estudos feministas, esse domínio de investigações expandiu-se significativamente nas décadas de 1970 e 1980, tendo desempenhado um papel relevante na contestação das até então corriqueiras reivindicações universalizantes da categoria “homem”, que pressupunham a masculinidade como uma entidade fixa e estável (Connell & Messerschmidt, 2013).

Na contramão dessa perspectiva, as concepções contemporâneas sobre as masculinidades conferem ao fenômeno um caráter multifacetado, provisório e relacional (Connell, 2005). Em linhas gerais, as masculinidades são consideradas fenômenos complexos e podem assumir configurações diversas em diferentes culturas, períodos históricos e localizações geográficas. Observar essa complexidade implica no reconhecimento do caráter plural das masculinidades, que não mais podem ser interpretadas com base em padrões bem definidos ou universais. Assim, de acordo com Kimmel (1998), as diferentes configurações de masculinidades variam conforme aspectos temporais, regionais, étnicos, de classe, de raça, dentre outros importantes marcadores sociais. Como exemplo dessa multiplicidade, Connell (2005) descreve quatro diferentes configurações de práticas de masculinidade: hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada; a autora enfatiza que cada uma dessas configurações faz referência a um conjunto de práticas coletivas, não sendo, portanto, resultados de características ou impulsos internos das pessoas, como outrora se propunha a partir de projetos teóricos essencialistas.

Ademais, segundo Connell (2005), apenas reconhecer a multiplicidade das práticas de masculinidades não é suficiente: é preciso examinar as relações que se estabelecem entre elas (i.e., relações de dominação, subordinação, cumplicidade etc.), sendo que tais relações “são construídas por meio de práticas que excluem e incluem, que intimidam, exploram e assim por diante” (p. 37). Tendo em vista o caráter hierárquico das masculinidades, a masculinidade hegemônica tornou-se objeto de especial interesse no campo de estudos sobre os homens, uma vez que esta diz respeito às práticas de masculinidade socialmente dominantes, as quais contemplam os comportamentos mais

valorizados e mais prestigiados pelos homens em determinado contexto (Connell, 2005). Ou seja, a configuração hegemônica constitui a forma de masculinidade mais honrada, privilegiada e que possui maior autoridade diante daquelas que são socialmente preteridas.

O processo de construção dos comportamentos que compõem a atual configuração de masculinidade hegemônica ocidental é marcado por diversas violências, das mais evidentes às mais tácitas. Nesse processo, são os próprios homens que estabelecem e legitimam os comportamentos mais adequados para o seu gênero, e, segundo Zanello (2018), adequar-se às normas estabelecidas pressupõe, em algum nível, violência: seja contra si mesmo, contra outros homens ou contra as mulheres. Verifica-se, pois, que tais práticas podem acarretar efeitos nocivos a nível individual e social.

No que tange à nocividade das atuais práticas normativas de masculinidade, a pesquisa intitulada *O Silêncio dos Homens* (Instituto de PdH, 2019), por exemplo, demonstrou que 57% dos homens entrevistados concordavam em algum grau que, durante sua infância e adolescência, foram ensinados a não expressar emoções e 78% concordavam em algum grau que foram ensinados a não se comportar de modos que parecessem femininos. Ainda, a pesquisa sugere que as normas atualmente estabelecidas para as condutas masculinas empobrecem o repertório emocional dos homens, o que, em termos analítico-comportamentais, poderia ser entendido como a restrição do repertório de comportamentos verbais de falar sobre emoções. Isso frequentemente acarreta prejuízos às relações intra e interpessoais desses sujeitos (i.e., relações amorosas, profissionais, familiares e consigo mesmos).

Nessa mesma direção, um documento publicado pela Associação Americana de Psicologia (2018) destaca que os homens tendem a procurar menos por consultas médicas e acompanhamentos em saúde mental, bem como utilizam menos os serviços de saúde preventivos. Além disso, aponta-se que os homens são mais inclinados a receberem diagnósticos de transtornos externalizantes (e.g., aqueles que envolvem impulsividade, agressividade, hiperatividade etc.) do que internalizantes (e.g., aqueles que envolvem humor depressivo, retraimento etc.). Nota-se, portanto, que psicoterapeutas

que prestam atendimento a homens devem estar vigilantes a esses dados e às suas possíveis correlações com a socialização masculina e o papel das masculinidades na emissão de padrões comportamentais potencialmente danosos.

O documento também demonstra que o caráter normativo e compulsório das práticas de masculinidade hegemônica pode ser ainda mais nefasto aos homens que as subvertem. Por exemplo, homens que compõem grupos caracterizados pela interação de vários marcadores sociais de diferença (e.g., homens LGBTQIA+, negros, privados economicamente, dentre outros) podem vivenciar uma pressão significativa e muitas vezes violenta para adequar-se às normas do modelo dominante e, como efeito, experienciar conflitos identitários significativos (i.e., esses indivíduos não são capazes de descrever a si mesmos, ou seja, seus repertórios comportamentais de autodescrição são limitados). Por um lado, ceder às pressões para se adequar a um modelo de masculinidade pode ampliar as chances desses homens serem aceitos socialmente, bem como de evitar punições por desviarem das normas (APA, 2018). Por outro lado, isso pode ampliar a incidência de comportamentos autodestrutivos (e.g., práticas sexuais de risco, uso de drogas lícitas e ilícitas) e problemas de saúde física e mental (e.g., depressão, suicídio, negligência das necessidades médicas, agravamento do estresse minoritário), pois tais padrões de masculinidade por vezes são incompatíveis com seus contextos individual e social. Outros dados corroboram a noção de que engajar-se nas atuais práticas de masculinidade hegemônica pode estar correlacionado com graves prejuízos a longo prazo. Por exemplo, os homens apresentam quatro vezes mais chances de cometer suicídio quando comparados às mulheres, são mais propensos a desenvolver dependência por álcool e outras drogas (APA, 2018) e são os que mais morrem por homicídio no Brasil, compondo 91,8% do total registrado no período entre 2008 e 2018 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020).

Tomando esses dados preliminares, verifica-se que as atuais práticas de masculinidade hegemônica no Ocidente assumem um caráter notadamente opressivo, preterindo sobretudo as mulheres e os homens que ocupam posições sociais subalternas.

As consequências físicas e, especialmente, psicológicas dessas circunstâncias sugerem a necessidade de se considerar as masculinidades como variáveis importantes no atendimento psicoterapêutico direcionado aos homens.

Pode-se afirmar com relativa segurança que a Psicologia é um campo de saber multifacetado e, no âmago da variedade de suas possibilidades teórico-práticas, algumas correntes têm demonstrado acentuada perícia na interpretação e intervenção sobre fenômenos socialmente relevantes. Dentre estas, a Análise do Comportamento tem demonstrado particular utilidade, uma vez que preconiza uma visão contextual e multideterminada do comportamento humano. À vista disso, Bogo e Laurenti (2012) assinalam que há uma estreita relação entre a Análise do Comportamento e a sociedade, uma vez que o comportamentalismo radical e as tecnologias dele derivadas podem agir diretamente sobre variáveis sociais, visando sua transformação. Em outras palavras, a Análise do Comportamento pode ser utilizada não somente para a compreensão dos problemas gerados por práticas culturais, mas também para o encaminhamento de propostas de solução (Abib, 2001).

No que toca às interlocuções entre Análise do Comportamento e outros campos de estudo, especialmente aqueles concernentes aos estudos de gênero, nota-se uma expansão significativa nos últimos anos, especialmente no contexto brasileiro, conforme salienta Mizael (2021). A autora destaca que temas como empoderamento, cultura do estupro e ativismo têm sido investigados por diferentes pesquisadoras sob a perspectiva analítico-comportamental, o que demarca a potencialidade de construções interdisciplinares profícuas nas dimensões teórica e prática para a comunidade de analistas do comportamento.

Considerando a problemática social anteriormente exposta acerca das masculinidades e as potencialidades da Análise do Comportamento para a compreensão e intervenção sobre fenômenos sociais, este artigo objetiva examinar as masculinidades à luz do Comportamentalismo Radical, bem como tecer algumas reflexões sobre a prática clínica de analistas do comportamento no atendimento a homens e a competência desta na transformação de práticas de masculinidades potencialmente danosas.

Tendo em vista a natureza teórica e interdisciplinar deste estudo, a análise dos dados terá como base as obras de B. F. Skinner, fundador e principal teórico do Comportamentalismo Radical, nas quais o autor propôs examinar explicitamente fenômenos de caráter social¹, e a obra *Masculinities* da socióloga australiana R. Connell, considerada uma das primeiras contribuições teoricamente consistentes e empiricamente fundamentadas sobre a temática (Holter, 1996). A decisão de priorizar esses autores não dispensará a utilização de textos secundários para fundamentar discussões subjacentes quando pertinente.

Para atender ao objetivo geral deste artigo, o texto será dividido em três seções. Na primeira, serão feitas algumas considerações a respeito dos conceitos de masculinidades com base na obra de Connell (2005). Na segunda, serão delineadas possíveis interpretações analítico-comportamentais para o fenômeno das masculinidades. Essa segunda seção do artigo busca fornecer a terapêuticas analítico-comportamentais definições sobre as masculinidades que sejam coerentes com o escopo de suas práticas, o que pode auxiliar na inclusão dessas variáveis em análises funcionais e, posteriormente, na construção de intervenções mais efetivas. Por fim, na última seção, reflexões sobre a prática de analistas do comportamento no atendimento psicoterapêutico a homens será abordada, tendo como contexto as discussões construídas nos tópicos anteriores.

Algumas considerações sobre os conceitos de masculinidade(s)

As masculinidades compreendem um conjunto de práticas que se mostram diversas e que são atravessadas por variáveis contextuais e históricas. De forma mais sistemática, Connell (1995) define masculinidade como uma “configuração de prática[s] em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (p. 188). Partindo dessa definição, três principais elementos precisam ser considerados: (I) as configurações de tais práticas são múltiplas; (II) tais práticas não se referem a expectativas sociais ou traços de personalidade, tratam-se, antes, de ações concretas; (III) as relações de gênero compreendem relações de dominação, de subordinação e de cumplicidade entre sujeitos do mesmo gênero ou de gêneros distintos (Connell, 1995, 2005; Connell & Messerschmidt, 2013). Isto posto, o presente artigo se limitará ao estudo das masculinidades hegemônica, cúmplice e subordinada².

A masculinidade hegemônica, consoante ao que foi exposto na seção introdutória deste estudo, corresponde ao conjunto de práticas mais valorizado pelos homens em um dado contexto. A expressão *hegemônica* não é empregada em um sentido estatístico, pois apenas uma minoria dos homens a adota integralmente, mas é utilizada para definir um padrão que é notadamente normativo e tido como modelo de comportamento. A masculinidade hegemônica estrutura-se, via de regra, de maneiras que não se assemelham verda-

1 Para a seleção deste material, as palavras-chave “culture(s)”, “cultural”, “cultural practice(s)”, “society” e “social” foram pesquisadas nos títulos dos capítulos de livros publicados por Skinner e no corpo dos textos. As obras que demonstraram uma ocorrência significativa desses termos foram priorizadas para a análise. Ao final do procedimento, foram selecionadas as obras *Science and Human Behavior*, *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*, *Beyond Freedom and Dignity*, *About Behaviorism*, *Reflections on Behaviorism and Society* e *Cumulative Record*.

2 A masculinidade marginalizada, segundo Connell (2005), ocupa um lugar subalterno na hierarquia das masculinidades, assim como a masculinidade subordinada, estando significativamente atrelada à intersecção do gênero com outros importantes marcadores sociais, como raça e classe. Entretanto, o principal elemento que a caracteriza refere-se à reivindicação pelo poder, mesmo em um contexto socialmente desfavorável, por meio da reformulação e adaptação das normativas hegemônicas. Essa configuração de masculinidade não será explorada neste artigo, pois abordar suas nuances demandaria análises interseccionais mais aprofundadas do fenômeno, o que ultrapassa os objetivos do artigo. Entendemos que essa é uma das limitações do presente estudo e recomendamos que trabalhos subsequentes sejam desenvolvidos com a finalidade de investigar as masculinidades marginalizadas e seus pormenores, o que, certamente, produzirá resultados profícuos à comunidade de analistas do comportamento.

deiramente à vida de quase nenhum homem real, contudo tais práticas manifestam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos extensivamente difundidos na sociedade (Connell & Messerschmidt, 2013). No que tange à transmissão dessas práticas, Connell (2005) salienta que estas são aprendidas socialmente por meio da interação entre meninos jovens e homens mais velhos ou, ainda, a partir do contato com as construções midiáticas de modelos de homens bem-sucedidos (e.g., estrelas do esporte profissional, personagens de grandes produções cinematográficas etc.).

Kimmel (1998) destaca que, atualmente, as práticas de masculinidade hegemônica do Ocidente são construídas por dois principais elementos: a misoginia e a homofobia, sendo a desqualificação do feminino compreendida como o cerne destes. Como parte e efeito dessa antifeminilidade, espera-se que os homens evitem todo e qualquer comportamento socialmente atribuído às mulheres, e a aprendizagem desses comportamentos se dá desde tenra idade, mediante falas que exprimem obrigações em tom proibitivo: “seja homem”, isto é, não se comporte como as mulheres (Zanello, 2018). Isso corrobora com o fato de que a masculinidade hegemônica atualmente desempenha um importante papel na legitimação do patriarcado, garantindo a posição dominante dos homens sobre as mulheres; a reivindicação dessa dominação pode fomentar, sustentar ou apoiar atitudes violentas, ou seja, a violência não é uma simples decorrência mecânica da masculinidade hegemônica – surge, antes, como efeito da própria busca por hegemonia (Connell, 2005).

Em se tratando dos aspectos emocionais e afetivos, as atuais práticas de masculinidade hegemônica elegem a heterossexualidade como padrão privilegiado de orientação sexual – fenômeno que é amplamente conhecido como *heterossexualidade compulsória* (Connell, 2005). Como exemplo, a autora salienta que quando homens demonstram interesse sexual por outros homens, sua masculinidade é prontamente invalidada e colocada em xeque. Ainda de acordo com Connell (2005), homens engajados em práticas de masculinidade hegemônica teriam uma atitude defensiva frente às emoções, uma vez que os aspectos que sugerem uma vulnerabilidade emocional seriam características associadas ao feminino, logo, desqualificados. Isso

pode resultar em um embrutecimento e/ou empobrecimento do repertório emocional dos sujeitos.

Tendo em vista que a masculinidade hegemônica dificilmente é praticada de forma integral pelos homens, um padrão intermediário surge nesse cenário social. As denominadas *masculinidades cúmplices* abrangem um conjunto de práticas desempenhadas por homens que constroem, em alguma medida, uma ligação com o projeto hegemônico, contudo, não necessariamente representam esse modelo; trata-se de uma cumplicidade com a masculinidade hegemônica (Connell, 2005). Segundo a autora, na masculinidade cúmplice os homens agem por conveniência, se aproximando ou se distanciando das normativas hegemônicas de acordo com os benefícios que podem ser obtidos. Comportando-se em conformidade com esse padrão, os homens conseguem acessar os mesmos privilégios daqueles que se engajam em práticas de masculinidade hegemônica sem serem expostos às tensões ou riscos de assumir explicitamente compromissos com o modelo dominante. Por exemplo, homens que desempenham esse tipo de masculinidade podem agir de forma zelosa e afetiva com suas esposas, recebendo benefícios oriundos da relação conjugal, contudo, podem apresentar comportamentos hostis ou abusivos em relação a outras mulheres quando estão na presença de seus pares, tendo acesso à aprovação e validação destes.

Os homens que se engajam em práticas da masculinidade hegemônica (i.e., seja assumindo um compromisso explícito com a hegemonia ou optando pela cumplicidade) podem acessar diversos benefícios, sendo os privilégios do patriarcado as principais prerrogativas desse modelo dominante; não obstante, esse engajamento também acarreta custos significativos para esses indivíduos e para aqueles com quem se relacionam (Connell, 2005). A autora destaca os danos físicos e emocionais como os mais evidentes, afinal, esses homens correntemente se expõem a comportamentos de risco e, como efeito, sua autoridade é reafirmada, bem como podem sofrer com o ônus de serem incapazes de desempenhar as normativas hegemônicas satisfatoriamente. Em outras palavras, “sem tratar os homens privilegiados como objeto de pena, devemos reconhecer que a masculinidade hegemônica não necessariamente se traduz em uma experiência de vida satisfatória” (Connell & Messerschmidt, 2013, p. 271).

Em contrapartida, as práticas de masculinidade hegemônica podem ser reformuladas. Assim como todas as outras categorias de masculinidade, os comportamentos masculinos que atualmente ocupam a posição de hegemonia não assumem um caráter fixo. São, ao contrário, uma “posição hegemônica em um determinado padrão de relações de gênero, posição esta sempre contestável” (Connell, 2005, p.76). Verifica-se, portanto, que novos conjuntos de práticas podem ser culturalmente promovidos em substituição a outros. Essa instabilidade das práticas de masculinidade oportuniza que grupos possam desafiar práticas antigas e, como efeito, criar uma nova hegemonia.

Tendo em vista este breve delineamento conceitual acerca das masculinidades hegemônica e cúmplice, faz-se pertinente elucidar alguns aspectos concernentes à masculinidade subordinada. As práticas de *masculinidade subordinada* são construídas em oposição às práticas hegemônicas e, como efeito, são desvalorizadas pelos homens que ocupam o lócus de dominação (Connell, 2005). De acordo com Connell (2005), o exemplo mais ilustrativo das práticas subordinadas se refere à masculinidade dos homens LGBTQIA+. Por exemplo, na lógica patriarcal a homossexualidade é associada à feminilidade e, em virtude da misoginia e homofobia que sustentam o sistema dominante, ela é desqualificada e preterida. Como efeito, homens LGBTQIA+ são vistos como sujeitos desprovidos de masculinidade e a eles resta o lugar da exclusão e rejeição.

Outro fator importante a ser considerado na definição da masculinidade subordinada é que os homens que desempenham essas práticas rejeitam e subvertem as normativas hegemônicas. Não obstante, renunciar à masculinidade hegemônica, de acordo com Connell (2005) é uma escolha difícil, pois implica, necessariamente, a abdicação dos benefícios que acompanham esse modelo dominante. Por outro lado, apesar dessa renúncia resultar em alguns prejuízos e, muitas vezes, exclusão, engajar-se em práticas de masculinidade subordinada pode oportunizar aos homens um novo espaço para o desenvolvimento de qualidades pessoais e maneiras menos opressivas de se relacionar com os outros. Assim, homens podem trabalhar sua capacidade expressiva, especialmente sobre seus senti-

mentos, assumindo uma postura de maior abertura diante de suas emoções. Isso pode ser benéfico às relações que estes estabelecem com as mulheres e com outros homens.

Comportamentalismo Radical e masculinidades: possíveis interpretações

A prática de analistas do comportamento é fundamentada pela filosofia comportamentalista radical, a qual determina o comportamento como objeto de análise e intervenção. Em um movimento de contestação às explicações internalistas das ações humanas, o Comportamentalismo Radical concebe o comportamento em seu caráter relacional, a partir da interação entre indivíduo e ambiente: “os homens (*sic*) agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas consequências de suas ações” (Skinner, 1957/2020, p. 1). Assim, as causas do comportamento não mais se localizam no interior dos sujeitos, como sugerem teorias psicológicas ditas mentalistas ou internalistas, mas nas relações que estes estabelecem com seu ambiente.

De acordo com os pressupostos dessa filosofia, o comportamento humano é multideterminado. Os processos de aquisição e manutenção dos comportamentos são explicados pelo modelo de seleção por consequências, o qual preconiza que as condutas humanas são produtos da inter-relação entre três diferentes níveis: (1) filogênese, responsável pela seleção de características fenotípicas e genotípicas das espécies, bem como da suscetibilidade a determinados reforçadores, o que propiciará a ação do segundo nível; (2) ontogênese, responsável pela seleção de repertórios comportamentais específicos de cada indivíduo a partir das contingências de reforçamento; e (3) cultura, responsável pela seleção de práticas culturais que possibilitam a sobrevivência de determinadas culturas e de seus membros (Andery, 2001; Dittrich, 2004; Skinner, 1981). Uma explicação abrangente do comportamento humano exige a conjugação das variáveis seletivas presentes nos três níveis.

Tais pressupostos são especialmente relevantes para refutar explicações essencialistas e interna-

listas acerca dos comportamentos generificados³. Addis et al. (2010) elucidam que, fora do ambiente acadêmico, as masculinidades e feminilidades são entendidas como características inatas dos sujeitos (i.e., fazem parte de sua natureza). Em outras palavras, Kimmel (2016) destaca:

Pensamos a masculinidade como sendo uma essência eterna e atemporal que reside profundamente nos corações de cada homem. Pensamos como algo, uma qualidade que alguém possui ou não. Pensamos a masculinidade como sendo inata, residindo na composição biológica particular do macho humano, o resultado de androgênios ou a posse de um pênis. (p. 99)

Essas noções são incompatíveis com a filosofia comportamentalista radical, a qual estabelece que as masculinidades, por exemplo, não devem ser compreendidas como essências os traços inerentes aos homens, mas como comportamentos contextualmente selecionados. Isso corrobora com as definições de Connell (1995, 2005), que descrevem as masculinidades como ações concretas e contextualmente mutáveis. Assim, o conhecimento oriundo da Análise do Comportamento pode contribuir com a investigação do que os homens são ensinados a fazer, em que circunstâncias e em função de quais consequências (Addis et al., 2010).

A masculinidade é um conceito inerentemente relacional (Connell, 2005), definido com base nas relações que os homens estabelecem consigo mesmos, com outros homens e com as mulheres. Em outras palavras, as masculinidades são construídas socialmente (Kimmel, 2016), o que denota a relevância dos vários grupos sociais na construção das práticas de masculinidades. Segundo Skinner (1953/2014), o grupo tem um efeito poderoso sobre o comportamento dos indivíduos. Quando o indivíduo ingressa em um grupo, as chances de obter determinados reforçadores é ampliada, dado que as consequências reforçadoras geradas no âmbito

do grupo são superiores à soma das consequências que poderiam ser atingidas pelos membros agindo individualmente. Relacionando-se tal fato às características delineadas sobre as masculinidades, verifica-se que os homens que se engajam em práticas hegemônicas ou cúmplices de masculinidade acessam reforçadores que não acessariam agindo individualmente (e.g., acesso a posições de autoridade em instituições e na sociedade civil, ao controle das riquezas e aos benefícios do patriarcado de forma geral etc.), ao passo que os homens que se engajam em práticas subordinadas não acessam esses mesmos reforçadores, uma vez que não compõem o grupo privilegiado. Assim, agir de acordo com as normativas hegemônicas parece ser, em alguma medida, vantajoso aos homens – contudo, a vantagem é acompanhada por efeitos adversos em um futuro mais distante, pois, conforme sublinha Skinner (1953/2014), o comportamento que é imediatamente reforçado pelo grupo pode ter efeitos aversivos a longo prazo. Nota-se, portanto, uma convergência nesses argumentos com as indicações de Connell (2005), uma vez que a autora sugere que as desvantagens acarretadas pelas práticas de masculinidade hegemônica (e.g., compor a maior parcela de pessoas violentamente executadas) estão intimamente atreladas às vantagens obtidas por essas mesmas práticas (e.g., deter o controle da maior parte das instituições coercitivas, como exércitos e corporações policiais). É importante mencionar que essas vantagens e desvantagens não são acessadas de forma equivalente por todos os homens; a intersecção entre outros marcadores sociais, como raça ou classe, deve ser considerada nessas análises.

Ainda sobre as características do comportamento das pessoas em grupo, Skinner (1953/2014) aborda o controle ético como outro aspecto relevante. Segundo o autor, a principal técnica controladora utilizada pelos grupos pode ser assim descrita: “O comportamento do indivíduo é classificado como ‘bom’ ou ‘mau’ ou, no mesmo sentido, ‘certo’ ou ‘errado’ e é reforçado ou punido de acordo com isso” (p. 324). A masculinidade hegemônica, conforme definimos anteriormente, é normativa e abrange os comportamentos mais valorizados pelos homens em um determinado contexto. Nesse sentido, os comportamentos que compõem suas práticas são classificados pelo grupo como bons,

3 Segundo Moschkovich (2015), o termo *generificado(a)* tem origem na palavra da língua inglesa *gendered*, utilizada para indicar que um sujeito, grupo ou espaço foi afetado por um conjunto de processos sociais que constituem e dão significado aos gêneros.

corretos, desejáveis etc. Inversamente, qualquer comportamento que desvie das normas é prontamente definido como mau, errado, indesejável etc. Desse modo, as práticas de masculinidade subordinada são classificadas negativamente pelo grupo dominante e punidas de acordo com isso, pois se apresentam como elementos aversivos para essa comunidade. Skinner (1956/1999) explora mais a fundo esse aspecto ao ressaltar que, quando um sujeito se comporta de uma forma que é aceitável pelo grupo, ele recebe reforçadores sociais como “admiração, aprovação, afeto e muitos outros reforços que aumentam a probabilidade de que ele continue a se comportar dessa maneira” (p. 45). Contudo, se o seu comportamento desvia do que é esperado e aceito pelo grupo, “ele é criticado, censurado, culpado ou punido de outra forma” (p. 45).

Sumariamente, quem compõe o grupo que emite julgamentos éticos sobre as masculinidades são os próprios homens, e, considerando o atual modelo hegemônico de masculinidade ocidental, esses homens seguem, via de regra, o seguinte estereótipo: “um pastor protestante, jovem, branco, urbano, casado, heterossexual setentrional, com ensino superior, empregado, de boa tez, peso e altura” (Goffman, 1963, citado por Kimmel, 2016, p. 105). Trata-se de um estereótipo estadunidense, embora possa ser transposto à realidade brasileira na maioria de suas características. Em suma, as qualidades que definem o estereótipo dos homens que integram o grupo privilegiado provavelmente servirão como base para a execução do controle ético previamente descrito.

Ademais, o controle ético estabelecido pelo grupo é tão arraigado em nossa cultura que muitas vezes pode passar despercebido (i.e., acaba sendo “naturalizado”) e, segundo Skinner (1956/1999), quando isso ocorre, diminuem as chances de que discriminemos as técnicas de controle que o compõem. Ou seja, muitas vezes os comportamentos normativos de masculinidade são vistos como características inerentes aos homens: homens são naturalmente heterossexuais, emocionalmente rígidos, competitivos, devassos, dentre outros. Entretanto, ao contrário de uma suposta natureza, esses comportamentos estão sob controle do que o grupo classifica eticamente como desejável. Por estar profundamente enraizado na sociedade, esse

controle passa despercebido e, como consequência, assume-se que essas condutas possuem um caráter inato. O mesmo ocorre para as práticas dissidentes, classificadas como anormais ou antinaturais. O controle é ainda mais efetivo quando desempenhado pelas *agências de controle*, definidas por Skinner (1953/2014) como partes importantes do sistema social que compõem o ambiente dos indivíduos, sendo, geralmente, mais bem organizadas que o grupo como um todo, o que as permite operar de forma mais eficaz. O autor menciona o papel do governo, da religião, da educação, dentre outras, no controle do comportamento individual.

Além do controle ético, os grupos também transmitem aos indivíduos um extenso repertório de modos e costumes (Skinner 1953/2014). Tais modos e costumes são transmitidos a partir da modelação, modelagem e regras (Skinner, 1956/1999), o que, por sua vez, auxiliam os indivíduos na conformação e manutenção desses hábitos. Esse conjunto de costumes integra o que denominamos cultura, a qual pode ser definida, em linhas gerais, como os conjuntos de contingências que são organizadas por outras pessoas (Skinner, 1971/1973). Vale lembrar que a cultura compõe um dos três níveis de seleção, portanto, exerce um papel significativo na variação e seleção das práticas humanas.

Nesse sentido, as masculinidades, tidas como práticas que são estabelecidas e mantidas por determinados grupos, podem ser consideradas como práticas culturais. A pluralidade das configurações dessas práticas é relevante: a categoria “homem” não é universal, e existem óbvias diferenças entre os sujeitos que fazem parte de um mesmo grupo. Skinner (1953/2014) salienta que “embora certas características de comportamento possam diferir consistentemente entre as culturas, também existem grandes diferenças entre os indivíduos de um determinado grupo. ... Um ambiente social nunca é totalmente consistente” (p. 424).

Isto posto, tomando a masculinidade hegemônica como exemplo, as práticas que a compõem são transmitidas por meio do contato estabelecido entre meninos jovens e homens mais velhos (Connell, 2005). Tal fato corrobora com o dado de que as práticas culturais são transmitidas transgeracionalmente, mantendo sua existência para além da vida de seus membros (Skinner, 1974/1976). Elas podem

ser transmitidas por meio de regras (e.g., “o homem deve ser o provedor da família”), da modelação (e.g., personagens de cinema, como os super-heróis, são tidos como modelos de uma masculinidade admirável) ou da modelagem, que envolve o reforçamento diferencial de comportamentos “apropriados”. Addis et al. (2010) elucidam que, em contextos nos quais estão presentes homens que se engajam em práticas de masculinidade hegemônica, “meninos . . . frequentemente aprendem que expressar emoções vulneráveis como tristeza será seguido por punição e outras formas de ridicularização” (p. 80). Assim, “o que emerge são repertórios de atividade relativamente diferenciados ou discriminados, altamente sensíveis ao contexto” (p. 80). Desse modo, meninos paulatinamente aprendem a discriminar os comportamentos que garantem sua classificação como “homens de verdade” e, ao emitirem tais comportamentos, aumentam a probabilidade de serem reforçados, sobretudo com reforçadores de natureza social. No caso das masculinidades cúmplices, esse controle discriminativo parece ser ainda mais apurado, pois os homens passam a discriminar em que contextos emitir respostas atreladas às práticas hegemônicas pode ser benéfico e em quais contextos afastar-se desse padrão, emitindo respostas opostas e incompatíveis com esse modelo, é mais vantajoso. Isso poderia ajudar a explicar, por exemplo, os comportamentos de homens que parecem se comprometer com as pautas feministas quando lhes é conveniente, mas que junto aos seus pares tendem a emitir respostas sexistas.

Sobre essa aprendizagem social dos comportamentos tidos como mais apropriados para os meninos, Skinner (1980) observa (a partir de uma citação não creditada):

“Aos seis anos de idade, meninos se percebem como menos vulneráveis ou sensíveis do que meninas da mesma idade”. Meninos são menos intimidados por pequenos ferimentos. Eles escalam brinquedos de formas mais prováveis de produzir cortes e machucados. Eles correm mais rápido sobre terrenos acidentados, mesmo caindo com mais frequência. Esses são os fatos disponíveis. Mas eles fazem tudo isso porque se percebem como menos vulneráveis? Não seria simplesmente porque as contingências sociais

diferem? É menos provável que meninos sejam “consolados” por pequenos ferimentos, e mais provável que sejam censurados por chorar. (pp. 346–347)

No que tange à masculinidade subordinada, Connell (2005) indica que os homens que emitem comportamentos consistentes com essa prática frequentemente passam por um momento de engajamento com a masculinidade hegemônica, pois é o modelo normativo geralmente transmitido aos meninos. Esses breves momentos de engajamento com a masculinidade hegemônica podem se manifestar, por exemplo, por meio da supressão das emoções (Connell, 2005). Tomando a Análise do Comportamento como base, esse fenômeno também pode ser explicado pela aquisição de uma sensibilidade ao contexto. Para ilustrar o que foi exposto, é possível observar que, ao serem punidos por desviarem das normas, esses sujeitos provavelmente aprenderão a discriminar os contextos em que devem exibir comportamentos aprovados socialmente. Respostas opostas e incompatíveis com as que foram anteriormente punidas também podem emergir (e.g., um homem, ao ser punido por expressar interesse por indivíduos do mesmo gênero, pode passar a simular que gosta de pessoas do gênero oposto ou, ainda, não revelar sua orientação sexual publicamente). Isso pode explicar os dados apresentados pela APA (2018), os quais descrevem que homens que fazem parte de grupos caracterizados pela interação de vários marcadores sociais de diferença podem apresentar comportamentos ainda mais inflexíveis, muitas vezes assumindo comportamentos de risco (e.g., abusar de álcool e outras drogas, dirigir perigosamente, se envolver em brigas e competições potencialmente danosas, entre outros), pois, ao emitirem esses comportamentos, aumenta-se a chance de serem validados pelo grupo dominante. É importante ressaltar que esse momento de engajamento com a masculinidade hegemônica, ainda que breve e temporário, só pode ocorrer de forma limitada, uma vez que estes sujeitos subvertem a heterossexualidade compulsória, tida como uma das principais características que estruturam a atual hegemonia. Além disso, comportar-se de acordo com o padrão dominante somente com a função de evitar os efeitos aversivos

da dissidência e receber validação social pode ser fonte de sofrimento significativo aos grupos subalternizados (APA, 2018).

Tendo isso em vista, nota-se que a constatação de Connell (2005) acerca dos ônus e bônus de se engajar em práticas de masculinidade subordinada é bastante pertinente. Em termos analítico-comportamentais, desviar do modelo normativo de masculinidade resulta em punições e restrição ao acesso a reforçadores importantes (e.g., ocupar posições relevantes no mercado de trabalho, poder expressar sua orientação sexual em público, dentre outros). Não obstante, esses mesmos homens podem entrar em contato com reforçadores a longo prazo (e.g., estabelecer relações de melhor qualidade com seus pares, desenvolver e expressar sentimentos, construir formas alternativas de se realizar sexualmente e afetivamente, criar relações de solidariedade e justiça social, dentre outros).

Por fim, um último tópico relevante refere-se à mutabilidade das práticas hegemônicas. Apesar de todos os costumes e práticas de controle anteriormente delineados estarem bem fortalecidos em nossa comunidade, eles não devem ser tidos como permanentes. Connell (2005) ressalta que as práticas de masculinidade hegemônica sempre podem ser contestadas e, assim como as demais configurações de masculinidades, não assumem um caráter fixo. A autora destaca que movimentos sociais contemporâneos, como o movimento feminista e o movimento LGBTQIA+, têm gerado tensões nas relações de gênero normativas, o que, futuramente, pode acarretar transformações importantes, tornando hegemônicas práticas menos opressivas.

Nessa perspectiva, Skinner (1974/1976) estabelece que as práticas culturais consistem em padrões que se alteram a partir da supressão, modificação ou adição de costumes. Além disso, os sujeitos não apenas estão expostos às contingências que definem uma dada cultura, como, também, ajudam a mantê-las (Skinner, 1971/1973). Dessa forma, as práticas culturais hegemônicas podem ser modificadas a partir do contato com outros grupos e movimentos sociais diversos, a fim de que se construam novas regras, modelos e padrões para a modelagem de comportamentos tidos como masculinos. O contracontrole, extensivamente praticado por tais movimentos, também pode ser relevante na modificação dessas práticas.

As masculinidades como variáveis relevantes no atendimento clínico a homens: Reflexões sobre a prática de analistas do comportamento

A clínica analítico-comportamental constitui-se como uma das várias possibilidades de psicoterapias erigidas para o enfrentamento de problemas humanos. De modo geral, a Análise do Comportamento abarca produções de natureza filosófica, reflexiva, interpretativa, empírica e aplicada, sendo a terapia analítico-comportamental uma de suas possíveis aplicações (Meyer et al., 2010). Segundo Meyer et al. (2010), essa abordagem psicoterapêutica é fundamentada na filosofia do Comportamentalismo Radical que, por sua vez, fornece um sistema teórico amplo que possibilita a interpretação e intervenção sobre os comportamentos humanos.

De acordo com os pressupostos analítico-comportamentais, terapeutas dessa abordagem devem analisar o comportamento de seus clientes em termos de relações funcionais, isto é, os comportamentos dos indivíduos devem ser considerados como variáveis dependentes em relação a eventos que ocorrem no ambiente (Nery & Fonseca, 2018). Nesse sentido, “o ambiente estabelece a ocasião (antecedente) para a ação (resposta) do indivíduo, verbal ou não verbal, que então produz consequências no ambiente, que determinam a probabilidade de ocorrência de novas ações do indivíduo” (Meyer et al., 2010, p. 154). Isto posto, se o comportamento é determinado pela ação recíproca e interdependente das variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais, analistas do comportamento que atuam no contexto clínico precisam estar sensíveis ao contexto relacional mais abrangente de seus clientes, não limitando suas análises apenas ao nível ontogenético.

Na perspectiva da Análise do Comportamento, as masculinidades podem ser consideradas práticas culturais. Isso implica em considerá-las como partes de uma cultura que atua como variável independente em relação a alguns comportamentos emitidos pelos homens, o que, para psicoterapeutas analítico-comportamentais, pode trazer resultados profícuos para a análise funcional dos comportamentos-alvo da terapia. Ademais, compreender o processo de aprendizagem de comportamentos culturalmente estabelecidos e valorizados como

masculinos (i.e., comportamentos que compõem a masculinidade hegemônica) pode ser útil para analistas do comportamento no que toca à previsão e controle dos comportamentos emitidos por homens que buscam atendimento psicoterapêutico (Sylvester & Hayes, 2010). A masculinidade hegemônica é aqui enfatizada, pois esta assume um papel privilegiado na hierarquia das masculinidades e, por ocupar esse lócus, exige que todas as outras possibilidades de práticas de masculinidades se posicionem em relação a ela. Assim, as masculinidades cúmplice e subordinada, por exemplo, são definidas de acordo com as relações que estabelecem com esse modelo dominante.

O modelo oferecido pela Análise do Comportamento pode ajudar não só terapeutas, como os próprios clientes, a compreender que muitos dos comportamentos socialmente definidores de uma hombridade exemplar são estabelecidos com base nas relações contextuais e não por sua suposta natureza. Conforme já discutido, as práticas de masculinidade são aprendidas, via de regra, por meio de modelação, modelagem e regras. O comportamento verbal, por exemplo, exerce um papel de extrema relevância e que precisa ser levado em consideração na prática de psicoterapeutas analítico-comportamentais. De acordo com Sylvester e Hayes (2010), a criação de redes de relações verbais extensas, ao mesmo tempo em que pode ser útil para a resolução de problemas dos sujeitos, pode, por outro lado, restringir repertórios comportamentais, pois os indivíduos tendem a ficar menos sensíveis às contingências não verbais. Como produto desses eventos, surge a inflexibilidade (i.e., a diminuição da variabilidade comportamental) que, por sua vez, acarreta resultados negativos para os indivíduos e para a sociedade. Por exemplo, regras do tipo “homens não podem recusar relações sexuais” podem limitar o comportamento dos indivíduos, tornando-os menos sensíveis às contingências (e.g., mesmo em contextos onde não há preservativos disponíveis ou o sujeito está em seu estado de consciência alterado devido ao abuso de substâncias, ele pode, ainda assim, decidir por ter relações sexuais), o que, eventualmente, pode levá-los a se colocar em risco (e.g., fazer sexo desprotegido) ou a oferecer risco a outras pessoas (e.g., forçar uma relação sexual não consentida).

De forma mais específica, a falta de sensibilidade às contingências pode ser verificada quando os indivíduos deixam de se comportar de maneiras que seriam eficazes em determinados contextos porque estão sob controle de regras rígidas. Sylvester e Hayes (2010) trazem um exemplo bastante pertinente, com base na Teoria das Molduras Relacionais: diante da regra “os homens devem ser masculinos”, uma grande rede de relações se forma. Constroem-se relações de coordenação entre masculinidade e comportamentos socialmente tidos como masculinos (e.g., rigidez emocional, assumir riscos) e de oposição aos comportamentos socialmente tidos como femininos (e.g., expressividade emocional, procurar ajuda). Assim, se o comportamento de procurar ajuda é equivalente à feminilidade, logo será oposto aos comportamentos tidos como masculinos e, conseqüentemente, os homens podem evitar a emissão de comportamentos de pedir ajuda mesmo quando estes forem úteis – demonstrando, dessa maneira, uma menor sensibilidade às contingências em vigor. Diante desse contexto, terapeutas analistas do comportamento devem avaliar o quanto as regras estão controlando o comportamento de seus clientes, bem como criar estratégias para colocá-los mais sob controle das contingências.

Nessa mesma perspectiva, Sylvester e Hayes (2010) enfatizam que, uma vez que os comportamentos que compõem as práticas de masculinidade dominantes são aprendidos, eles, inevitavelmente, farão parte da história dos sujeitos de forma permanente – e isso deve ser levado em consideração por psicoterapeutas, pois, mesmo depois de extintos, esses comportamentos podem ressurgir mais rapidamente. Os terapeutas, ao invés de focarem na mudança das topografias dos comportamentos, devem direcionar seus esforços para a manipulação e alteração do contexto desses indivíduos. Esses profissionais podem, por exemplo, organizar contingências que possibilitem aos seus clientes a ampliação ou o desenvolvimento de novos repertórios verbais e não verbais acerca das masculinidades (e.g., descrever a si mesmo como masculino ainda que se emita comportamentos que destoam das práticas de masculinidade hegemônica), validando comportamentos masculinos menos opressivos. Outra possibilidade seria direcionar intervenções

de modo que seus clientes possam entrar em contato com os reforçadores naturais resultantes dos comportamentos que se distanciam das práticas atualmente hegemônicas de masculinidade (e.g., expressar afeto por um amigo, pedir ajuda quando necessário etc.), pois, de acordo com Skinner (1973/1978), “o comportamento é mais rapidamente moldado e mantido por suas consequências naturais” (p. 11). Isso é válido tanto para os casos em que os homens estão em sofrimento por conformarem-se às normativas da masculinidade hegemônica, como para os sujeitos que estão em sofrimento por subverterem tais normas.

Ademais, Skinner (1953/2014) salienta a importância de que terapeutas se constituam como uma audiência não punitiva para seus clientes. Essa postura pode ser relevante no processo de validação de comportamentos masculinos menos danosos, entretanto, ao se deparar com clientes que se engajam em práticas de masculinidade hegemônica, terapeutas podem confrontá-los por meio de questionamentos e reflexões, o que pode ser aversivo para esses sujeitos. Conforme indicam Conte e Brandão (2012), a confrontação clínica sempre implicará na apresentação de uma estimulação aversiva, portanto, os(as) clínicos(as) precisam estabelecer uma relação terapêutica de qualidade, bem como conhecer o repertório global do cliente e escolher, além da estratégia mais adequada, o momento oportuno para confrontá-lo, o que aumenta a probabilidade de uma boa resposta clínica. Tomando a Terapia Analítica Funcional (*Functional Analytic Psychotherapy* – FAP) como exemplo, temos que esse modelo terapêutico sugere que comportamentos-problema dos clientes são emitidos durante as sessões e, em um processo terapêutico bem-sucedido, tais comportamentos tendem a diminuir de frequência (Tsai et al., 2009). A mudança ocorre por meio da própria relação terapêutica, pois, segundo Holman et al. (2017), “a relação terapêutica dá ao terapeuta uma oportunidade de ser um agente para interromper padrões sociais disfuncionais e nutrir aqueles mais eficazes” (p. 23). Tendo isso em vista, o cliente que se engaja em práticas de masculinidade hegemônica pode emitir comportamentos que caracterizam esse modelo de masculinidade em sessão. Ele pode, por exemplo, tentar exercer autoridade sobre a terapeuta por meio de comportamentos

agressivos; a terapeuta, ao notar a ocorrência dessas respostas e avaliar suas funções, pode confrontá-las com cautela, relatando suas interpretações e/ou os efeitos dessas respostas no seu próprio comportamento (e.g., “quando você age dessa forma, eu me sinto ameaçada”, “parece que você está, de alguma forma, querendo se sobressair nessa relação e fico me perguntando se você age assim com outras mulheres”, “você concorda que está fazendo isso?”).

Em suma, nota-se que a relação terapêutica pode se constituir como um instrumento útil para a produção ou fortalecimento de padrões de masculinidade menos danosos para os homens e para a sociedade em geral. Por meio dela, terapeutas podem arranjar contingências que diminuam a frequência de comportamentos socialmente problemáticos e viabilizar a construção de novas práticas de masculinidades. Ou seja, a relação terapêutica, consoante às indicações de Holman et al. (2017), pode estabelecer contextos que promovam a mudança no funcionamento pessoal e social dos clientes.

Outro ponto relevante para a prática clínica de analistas do comportamento faz referência às consequências de curto e longo prazo de se engajar (ou não) em práticas de masculinidade dominantes. Conforme apontamos, homens que se engajam, em alguma medida, em tais práticas – incluindo homens que desempenham a masculinidade cúmplice (i.e., que se engajam em práticas hegemônicas de forma oportunista) – acessam benefícios relevantes em curto prazo, especialmente aqueles derivados do sistema patriarcal. Contudo, essas mesmas práticas podem acarretar efeitos nefastos no longo prazo (e.g., problemas de saúde derivados dos comportamentos de risco, aumento na taxa de homicídio e suicídio, relações afetivas empobrecidas etc.). Nessa perspectiva, de acordo com Abib (2001), psicólogos(as) que dominam a ciência e tecnologia do comportamento podem intervir de modo a modificar práticas culturais potencialmente letais para os membros de seu grupo. Isso pode ser feito por meio da promoção de práticas culturais que possam tornar mais efetivas as consequências remotas do comportamento:

Práticas que ameaçam a sobrevivência das culturas – que produzem reforço positivo imediato com consequências negativas postergadas . . . – precisam ser enfrentadas com modificação das

contingências, programando-se consequências negativas mais imediatas para essas práticas ou fortalecendo-se práticas alternativas com condições de substituí-las. (Abib, 2001, p. 110)

Entretanto, essa não é uma tarefa simples. Consequências imediatas tiveram um valor de sobrevivência acentuado na história filogenética dos seres humanos e, por isso, foram seletivamente mais efetivas do que aquelas postergadas (Abib, 2001). Dessa forma, os sujeitos tendem a ficar mais sob controle dos reforços imediatos do comportamento do que das eventuais punições atrasadas. Apesar disso, terapeutas analítico-comportamentais devem se empenhar em estratégias que ajudem a esclarecer aos clientes as possíveis relações de seus comportamentos atuais com consequências aversivas postergadas. Em resumo, o papel do(a) analista do comportamento nesse contexto não é o de modificar os fatos concernentes à herança filogenética dos seres humanos, mas de induzir os sujeitos a lidar com esses fatos de forma mais eficaz (Skinner, 1971/1973).

No que tange à masculinidade subordinada, as práticas que a compõem podem resultar em efeitos aversivos a curto prazo (e.g., exclusão, ridicularização, violência etc.), contudo, os efeitos a longo prazo podem ser reforçadores (e.g., relacionamentos interpessoais mais saudáveis, melhor expressividade emocional etc.). Faz-se pertinente mencionar que esses reforços tardios tendem a ser menos efetivos do que aqueles imediatos (Abib, 2001). Não obstante, analistas do comportamento podem se utilizar de recursos clínicos e da própria relação terapêutica para antecipar o acesso a reforçadores como aprovação social e acolhimento diante de práticas de masculinidade menos opressivas, além de contribuir para que seus clientes entrem em contato com os reforços naturais dessas práticas.

Ainda sobre as práticas de masculinidade subordinada, terapeutas analítico-comportamentais devem estar vigilantes à emissão de respostas que, ao objetivar a adaptação às normativas dominantes, podem acarretar consequências nocivas aos envolvidos. Destacamos anteriormente que os homens que subvertem as prescrições da masculinidade hegemônica podem entrar em contato com efeitos aversivos e, conseqüentemente, respostas

opostas ou incompatíveis podem emergir e diminuir a probabilidade de uma nova punição. Desse modo, terapeutas precisam analisar com cautela as funções dos comportamentos relatados em sessão (e.g., será que esse indivíduo está agindo de tal maneira apenas para ser validado ou evitar ser punido por outros homens?) para construir intervenções mais precisas.

Tendo tudo isso em vista, analistas do comportamento precisam estar sensíveis a todos os níveis de seleção que operam na construção e seleção dos repertórios comportamentais de homens que buscam atendimento psicoterapêutico. Isso abrange até mesmo variáveis que tendem a ser invisibilizadas ou naturalizadas. De acordo com Ruiz (1998), práticas culturais já arraigadas na sociedade tendem a ser amplamente aceitas e pouco questionadas. A autora salienta que membros de grupos dominantes que são, em alguma medida, favorecidos por essas práticas cristalizadas na cultura tendem a não perceber como opressivas ou danosas. Nesse caso, terapeutas podem se constituir como uma comunidade verbal competente para ajudar homens a tatear as relações de controle de estímulos e validar as experiências compartilhadas, ampliando seu repertório de autoconhecimento.

Por fim, um último ponto relevante a ser aprofundado neste artigo faz referência à possibilidade de construir práticas hegemônicas de masculinidade menos nocivas. Em diferentes momentos deste estudo, foi abordada a mutabilidade e variabilidade das práticas de masculinidade em todas as suas configurações. As práticas culturais que a literatura define como características de uma masculinidade hegemônica nefasta referem-se ao atual modelo dominante no Ocidente, o que não impede que futuramente essas práticas sejam alteradas e um novo modelo hegemônico tome o seu lugar. Para isso, é necessário planejar e modificar essas práticas culturais – e a Análise do Comportamento demonstra oferecer subsídios relevantes para tal. Segundo Skinner (1971/1973), “o planejamento de uma nova cultura é necessariamente uma espécie de reforma, e quase necessariamente significa uma mudança de reforçadores” (p. 160).

Com o planejamento cultural, suscetibilidades inatas aos reforços imediatos podem ser alteradas mediante à implementação de novas técnicas de

controle e autocontrole com vistas ao bem da própria cultura. Segundo Abib (2001), os valores que devem orientar a escolha de práticas de sobrevivência das culturas são “conhecimento, habilidades, tolerância, cooperação, apoio, compaixão, justiça, paz, ordem, segurança, preservação do meio ambiente e abundância” (p. 115). Isto posto, o planejamento de culturas que promovam a justiça social e a igualdade de gênero não só é possível, como é desejável – e os(as) psicólogos(as) podem ser atores indispensáveis nesse movimento de transformação social. Skinner (1953/2014) já salientava que a psicoterapia, entendida como uma agência controladora, pode exercer um controle poderoso sobre o comportamento dos sujeitos. Entretanto, o autor alerta que esse controle pode ser usado de forma problemática. Nesse sentido, psicoterapeutas comprometidos com a transformação social devem examinar seus próprios comportamentos a fim de certificar-se de que não estão reproduzindo práticas opressivas, uma vez que, como sujeitos que estão inseridos nas mesmas culturas que originam e sustentam várias desigualdades, seus comportamentos também estão suscetíveis às variáveis que produzem opressão.

Em suma, o presente artigo objetivou examinar as masculinidades à luz do Comportamentalismo Radical e tecer algumas reflexões sobre a prática clínica de analistas do comportamento no atendimento a homens, avaliando a potencialidade desta na transformação de práticas de masculinidades potencialmente danosas. As masculinidades hegemônica, cúmplice e subordinada foram interpretadas sob a perspectiva analítico-comportamental e, com base nessas formulações teóricas, discutimos algumas possíveis implicações práticas destas para a atuação de analistas do comportamento no contexto clínico. Cabe salientar que se trata de um estudo reflexivo sobre um tema ainda incipiente na ciência do comportamento. Desse modo, mais pesquisas precisam ser desenvolvidas, especialmente aquelas de natureza clínica, a fim de propor intervenções estruturadas que possibilitem a modificação de classes de comportamentos específicas que compõem as diferentes configurações de masculinidade para, como efeito último, contribuir para a resolução dos problemas sociais decorrentes de tais práticas.

Referências

- Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 107-117. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000100009>
- Addis, M. E., Mansfield, A. K., & Syzdek, M. R. (2010). Is “masculinity” a problem? Framing the effects of gendered social learning in men. *Psychology of Men & Masculinity*, 11(2), 77-90. <https://doi.org/10.1037/a0018602>
- American Psychological Association (2018). *Boys and men guidelines group: Guidelines for psychological practice with boys and men*. <http://www.apa.org/about/policy/psychological-practice-boys-men-guidelines.pdf>
- Andery, M. A. P. A. (2001). O modelo de seleção por consequências e a subjetividade. In R. A. Banaco (Ed.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (Vol. 1, pp. 182–190). ESETEc.
- Bogo, A. C., & Laurenti, C. (2012). Análise do comportamento e sociedade: Implicações para uma ciência dos valores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 956-971. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400014>
- Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade (T. T. Silva, Trans.). *Educação & Realidade*, 20(2), 185-206.
- Connell, R. W. (2005). *Maculinities* (2nd ed.). University of California Press.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Conte, F. C. S., & Brandão, M. Z. S. (2012). Eventos a que o clínico analítico-comportamental deve atentar nos primeiros encontros: Das vestimentas aos relatos e comportamentos clinicamente relevantes. In N. B. Borges, & F. A. Cassas (Eds.), *Clínica analítico-comportamental: Aspectos teóricos e práticos* (pp. 128-137). Artmed.
- Dittrich, A. (2004). *Behaviorismo Radical, ética e política: Aspectos teóricos do compromisso social*. [Tese de doutorado, Universidade Federal

- de São Carlos]. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4745?show=full>
- Holman, G., Kanter, J. W., Tsai, M., & Kohlenberg, R. (2017). *Functional Analytic Psychotherapy made simple: A practical guide to therapeutic relationships*. New Harbinger Publications.
- Holter, Ø. G. (1996). Book review: R. W. Connell: Masculinities. *Acta Sociologica*, 39(3), 337-341. <https://doi.org/10.1177/000169939603900309>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). Atlas da violência. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>
- Instituto PdH. (2019). *O silêncio dos homens: Uma pesquisa com mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil*. <https://papodehomem.com.br/report-da-pesquisa-parte-1-os-numeros-de-o-silencio-dos-homens>
- Kimmel, M. S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 4(9), 103-117. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>
- Kimmel, M. S. (2016). Masculinidade como homofobia: Medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero. *Equatorial*, 3(4), 97-124.
- Meyer, S. B., Del Prette, G., Zamignani, D. R., Neno, S., & Tourinho, E. Z. (2010). Análise do Comportamento e terapia analítico-comportamental. In E. Z. Tourinho & S. V. Luna (Eds.), *Análise do comportamento: Investigações históricas, conceituais e aplicadas* (pp. 157-174). Roca.
- Mizael, T. M. (2021). Behavior analysis and feminism: Contributions from Brazil. *Behavior and Social Issues*, 30, 481-494. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00067-x>
- Moschkovich, M. (2015). Traduzir Raewyn Connell: Como ler gender em português. In R. Connell & R. Pearse (Eds.), *Gênero: Uma perspectiva global* (pp. 13-24). nVersos.
- Nery, L. B., & Fonseca, F. N. (2018). Análises funcionais moleculares e molares: Um passo a passo. In A. K. C. R. de-Farias, F. N. Fonseca, & L. B. Nery (Eds.), *Formulação de caso em análise comportamental clínica* (pp. 22-54). Artmed.
- Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21(2), 179-192. <https://doi.org/10.1007%2F0391962>
- Skinner, B. F. (1973). *Beyond freedom and dignity*. Pelican Books. (Obra original publicada em 1971)
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. Vintage Books. (Obra original publicada em 1974)
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Prentice-Hall. (Obra original publicada em 1973)
- Skinner, B. F. (1980). *Notebooks*. Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504. <https://doi.org/10.1126/science.7244649>
- Skinner, B. F. (1999). *Cumulative record: Definitive edition*. The B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1956)
- Skinner, B. F. (2014). *Science and human behavior*. B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1953)
- Skinner, B. F. (2020). *Verbal behavior* (Extended ed.). B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1957)
- Sylvester, M., & Hayes, S. C. (2010). Unpacking masculinity as a construct: Ontology, pragmatism, and an analysis of language. *Psychology of Men & Masculinity*, 11(2), 91-97. <https://doi.org/10.1037/a0019132>
- Tsai, M., Kohlenberg, R. J., Kanter, J. W., Kohlenberg, B., Follette W. C., & Callaghan, G. M. (2009). *Um guia para a psicoterapia analítica funcional: Consciência, coragem, amor e behaviorismo*. ESEtec.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Appris.

Histórico do Artigo

Recebido em: 31/08/2022

Aceito em: 29/11/2022

Editor Associado: Carolina Laurenti